

Escrito por Jacqueline Oliveira Lima
Qua, 17 de Novembro de 2004 21:00

No sentido de manter viva a memória histórica dos avanços e retrocessos das relações de poder existentes na sociedade como um todo, nunca se falou tanto em mundo do trabalho e para o trabalho como agora. Esse é o tema de inúmeros artigos e conferências, principalmente de pensadores e pesquisadores da área educacional. Para citar alguns deles, temos Daisy Moreira Cunha, Maria de Fátima Costa Félix, Regina Vinhaes Gracindo, Perry Anderson, Acácia Zeneida Kuenser Zung, Fernando Alvarez-Uría, Marisa Vorraber Costa, Michael Apple, Pablo Gentili, Regina Leite Garcia, entre tantos outros que ajudaram a compor essa análise.

O esforço para entender a conexão entre as políticas educacionais, o mundo do trabalho e seus reflexos na gestão escolar, é sem dúvida uma tentativa de disseminar um debate amplo sobre as questões cruciais da escolarização em um cenário marcado pelas discontinuidades e incertezas da pós-modernidade. Isso, tendo em vista que, para se entender as políticas educacionais e sua aplicabilidade, é preciso entender primeiramente e concomitantemente as políticas públicas, já que uma é reflexo e referencial da outra. A partir desse entendimento, e à luz de muitos estudos e reflexões, torna-se possível compreender que, uma política sociocultural que, reconhecendo e respeitando as diferenças, se preocupe em promover a igualdade e a solidariedade, passa por um caminho bem diferente do modelo neoliberal que vem se instalando hegemonicamente no mundo como um todo.

O professor Michael Apple, autor de vários artigos a respeito de Política Educacional, ao participar de um Seminário Internacional Escola Básica na virada do século: cultura, política e currículo, realizado pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em setembro de 1995, denuncia:

"Enquanto não levarmos à sério a intensidade do envolvimento da educação com o mundo das alternantes e desiguais relações de poder, estaremos vivendo em um mundo divorciado da realidade."

Com esse apelo, Apple quer mostrar que a educação só pode se constituir enquanto um processo que se configura e atua dentro de uma determinada lógica de relações de poder que historicamente se caracteriza como reprodutiva de uma situação de dominação de classe, gênero e raça, como Pablo Gentili reforça no mesmo Seminário.

Talvez isso explique em parte, o interesse educacional numa área econômico-administrativa, pois para garantir o seu sucesso, o neoliberalismo evoca uma pressão cada vez maior sobre a escola, como se essa ao promover com êxito sua tarefa, garantisse o desenraizamento de práticas sociais, diga-se, ultrapassadas que hoje são o verdadeiro obstáculo contra a modernização.

Mudanças sérias eclodem no mundo do trabalho, inclusive no que se refere aos paradigmas econômicos e que refletem nem sempre positivamente nos países capitalistas periféricos, como no caso o Brasil, e provocam assim uma preocupação em massa daqueles que vivem e trabalham para a educação a respeito do nexos "poder/saber".

"O conhecimento nunca é neutro, nunca existe numa relação empírica e objetiva com o real. Conhecimento é poder, e a circulação do conhecimento, é parte da distribuição social do poder."

Escrito por Jacqueline Oliveira Lima
Qua, 17 de Novembro de 2004 21:00

A capacidade discursiva que possa ser inserido na vida cultural e política é central na relação social de poder." (John Fiske, in Escola Básica na virada do século)

A lógica do lucro e da eficiência penetra as práticas pedagógicas através de políticas cada vez mais perceptíveis de receio em relação aos objetivos de deslocar responsabilidades, citadas como uma descentralização, e mudar prioridades para que venham a atender essa nova forma de pensar a sociedade subjugada à vontade comunitária e não mais estatal. Esse receio é o não direcionamento dessas políticas a uma verdadeira justiça social, embora seja uma brilhante estratégia pela qual o Estado cria categoria de legitimação que definem problemas sociais de modos muito mais interessantes e simples, transferindo à comunidade problemas que não sabe e muito menos quer resolver.

Nessa relação, o sistema escolar tem que se configurar como um mercado educacional, ou seja, as escolas devem definir estratégias competitivas para atuar em tais mercados. Melhor dizendo ainda, a escola tem agora, um papel estratégico no projeto neoliberal e assim, nas palavras de Regina Vinhaes Gracindo, é possível "compreender o surgimento no Brasil de modelos e fórmulas mágicas de gestão do processo educativo que aparentemente viabilizam o sucesso escolar. A qualidade total é um desses padrões elitistas e excludentes ditados pelo mercado". As instituições escolares têm que funcionar como pequenas empresas produtoras de serviços educacionais.

"Os neoliberais definem um conjunto de estratégias dirigidas a transferir a educação da esfera dos direitos sociais à esfera do mercado. Para os neoliberalistas, a crise educacional é uma crise de eficiência, eficácia e produtividade (em suma, uma crise de qualidade) derivada do inevitável efeito perverso ao qual conduz a planificação estatal." (Pablo Gentili)

A questão do neoliberalismo já está de certa forma tão disseminada que é difícil neste momento, prever uma reviravolta econômica, tendo em vista sua ideologia marcante que provoca uma mudança não só política, mas de estilos de vida.

A escola caminha a passos largos a uma racionalidade, um processo de reestruturação escolar que reduz significativamente sua função social, uma utopia que deixa claro que sua mercadoria, o "saber", deve ser produzido de forma rápida e de acordo com certas normas de controle da eficiência e da produtividade. A gestão escolar passa assim, a incorporar critérios da administração de empresas, mas ao contrário desta, não tem sido bem sucedida. Talvez por desconsiderar aspectos singulares da escola e mesmo de uma sociedade tão marcadamente desigual como tem sido a nossa desde a colonização.

Se é na escola onde os objetivos do neoliberalismo falham, porque não pensar no que pode causar esses novos-velhos problemas e o que necessariamente é possível fazer para que a gestão escolar priorize efetivamente a democratização da escola verdadeiramente pública?

Se todos aqueles que pesquisam, analisam e questionam, concordam que a sociedade só poderá participar de uma decisão favorável a essa democratização do ensino, quando compreender que o homem intelectualmente capaz é cada vez mais indispensável para um desenvolvimento sustentado e justo, por que é tão difícil mobilizar essa mesma sociedade para

Escrito por Jacqueline Oliveira Lima
Qua, 17 de Novembro de 2004 21:00

cobrar sua representatividade pública?

Essas discussões normalmente acontecem no espaço de uma Universidade Pública, que atualmente se transformou numa gaiola de papagaios, como um representante da UNE gosta de utilizar, graças às estratégias do Estado para fragilizá-la. O Estado usando seus numerosos e eficientes dispositivos de descentralização de caráter duplo e intenções duvidosas, não se define perante a sociedade, que não sabe até quando e como este vai intervir.

Urge, portanto, a necessidade de recuperar os vínculos coletivos, a solidariedade, o respeito pelo outro, a capacidade de se indignar e inconformar com as injustiças sociais. A escola não pode continuar alheia a esses desajustes. Carece de uma autonomia, mas não essa autonomia que funciona como um barco a vela à mercê de ventos que nem nossos são, mas a verdadeira autonomia responsável e democrática e que vai muito além de transferência aleatória de responsabilidades, mas uma valorização de quem efetivamente faz da e para a educação.

BIBLIOGRAFIA

BRZEZINSKI, Iria (org.). LDB interpretada. Diversos olhares se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 1997.

COSTA, Marisa Vorraber (org.). Escola básica na virada do século - Cultura, Política e Currículo. São Pulo: Cortez, 1996.

COSTA, FÉLIX, Maria de Fátima. Administração escolar: um problema educativo ou empresarial. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1986.

MACHADO, L. R. Des & FIDALGO F. S. (org.). Controle da qualidade total: uma nova pedagogia do capital. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1994.

Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Porto Alegre: ANPAE, v. 3, nº 01. Jan./jun., 1997.

Revista Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas, São Paulo: fev. 1984.

SADER, Emir & GENTILLI, Pablo (org.). Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.